

O setor informal na África: um crescimento que não significa marginalização*

*Jacques Charnes***

O conceito de setor informal nasceu no início dos anos 70, servindo para designar as atividades de pequenas proporções destinadas essencialmente a propiciar rendas de subsistência a novos habitantes das cidades do Terceiro Mundo que o êxodo rural amplificado pela modernização, senão pela industrialização, tendeu a multiplicar. Em seguida, a noção estendeu-se ao conjunto das pequenas atividades que, dada a sua origem tradicional ou seu caráter recente e espontâneo, permaneceram à margem das legislações e das diversas formas de registro, especialmente estatísticas.

A descoberta do conceito no início do anos 70 (HART, 1973; EMPLOYMENT..., 1972) apenas revelou aos economistas e sociólogos do trabalho a importância de um fenômeno que, nas Contas Nacionais, era rapidamente levado em consideração nas suas estimativas do PIB, através de muitas hipóteses e métodos indiretos. Essas pequenas atividades "fora das pesquisas", fora da "coleta estatística", e que se qualificavam sob o vocábulo de setor "tradicional" se encontravam, assim, projetadas no campo das concepções da população ativa.

Essas atividades, que despertavam então um certo interesse — não somente em função de sua facilidade de acesso e flexibilidade, mas porque representavam uma possibilidade de atenuar o desemprego aberto de migrantes, abandonados à vida urbana por um êxodo rural particularmente

* Tradução de Ernesto de Freitas Xavier Neto, com revisão técnica de Marinês Zandavali Grando.

** Diretor de Pesquisa no Instituto Francês de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento em Cooperação (ORSTOM).

importante —, existiam já bem antes do emprego assalariado, cuja aparição moderna e recente havia acarretado a invenção da noção de desemprego (SALAIS et al.). Essa noção estava ligada, no início, à perda (que, por sua vez, levava à procura) do emprego assalariado, os trabalhadores assalariados autônomos precisavam apenas de um local e de vontade de trabalhar, mesmo que fosse como subempregados, para não permanecerem ociosos e desocupados.

Mas essas atividades eram consideradas com uma certa condescendência dissimulada de tolerância: não estavam elas fadadas a desaparecer com a modernização, a industrialização e a inevitável generalização do trabalho assalariado?

Durante duas décadas (de 1970 a 1990), o conceito foi, assim, alimentado de numerosas polêmicas, às vezes úteis, às vezes vãs, mas que não demoveram os estatísticos e os organismos oficiais de coleta estatística da idéia de se lançarem em pesquisa e mensurações do fenômeno, tanto mais que, longe de desaparecer, o setor informal conhecia um importante crescimento em termos de emprego e de PIB devido à crise.

E, mesmo nos países desenvolvidos, a persistência da crise provocou efeitos que, sem serem idênticos nem mesmo associáveis àqueles observados no mundo em desenvolvimento, se traduziram por ajustes de grande amplitude e afetaram as estruturas da economia e a da sociedade: em países onde as atividades tradicionais haviam sido há muito tempo quase totalmente absorvidas pelo trabalho assalariado, viram-se pequenas empresas e o trabalho autônomo ganharem um certo terreno e retomarem a importância, em comparação ao trabalho assalariado, que se tornava cada vez menos dinâmico e, por vezes, mesmo estagnante, ou em decadência.

Assim, paralela e independentemente da economia subterrânea e do trabalho clandestino e não declarado, desenvolviam-se atividades que podem explicar que países industrializados estejam igualmente tocados por uma definição do conceito de setor informal; tanto mais, aliás, quando os esforços de países como a Itália para medir a pluriatividade — outra forma que assume o fenômeno — mostravam amplitude não negligenciável.

Após serem lembrados as origens e os elementos da nova definição internacional do setor informal, mostrar-se-ão os sinais de seu inexorável crescimento no continente africano, ao longo das duas últimas décadas, antes de se fornecerem alguns índices do dinamismo e das esperanças que esse fenômeno encerra, que impedem assimilá-lo a uma simples tendência à marginalização no processo da mundialização.

1 - Princípios e elementos da nova definição internacional

A conceitualização estatística segue, em geral, a evolução econômica e social com um período de atraso. O caso do emprego informal não é exceção à regra. A invenção do desemprego interveio somente após o fenômeno ter começado a causar estragos. O subemprego, entretanto, apareceu entre os conceitos de população ativa após sua descoberta pelos economistas e sua integração aos modelos de desenvolvimento. Nada, até aqui, que deva surpreender. É importante que grandes discussões, debates aprofundados, experiências de coleta aconteçam bem antes que um conceito econômico desemboque em uma proposta de norma estatística, cuja adoção se recomendará aos diversos países.

É a **Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho**, instituição não permanente, que se reúne desde 1923 em datas irregulares, sob os auspícios do **Bureau International du Travail**, que está encarregada de fixar as normas internacionais no campo das estatísticas do trabalho: suas resoluções tomam a forma de recomendações sem caráter obrigatório, mas que tendem a ser aplicadas cada vez mais amplamente.

A introdução do emprego informal e do setor informal nos debates, e posteriormente na agenda da Conferência, que adotou resoluções a esse respeito, constitui uma inovação original, sob vários pontos de vista, em sua (já) longa história. Além do fato de ter sido esta a primeira vez que a Conferência discutiu um novo conceito de população ativa, nota-se também que se trata de um conceito:

- que tem sua origem na realidade dos países em desenvolvimento;
- que não se refere somente às características do indivíduo, mas que leva em conta as características próprias da atividade exercida;
- que ultrapassa as diversas formas de subemprego, impróprias para descrever uma realidade complexa.

É com base em situações típicas dos países industrializados que haviam sido forjados até agora os primeiros conceitos de população ativa, ou seja, com base na predominância de emprego assalariado, regular e em tempo integral e de um desemprego indenizado. Sem dúvida, as discussões sobre o trabalho e o subemprego tiveram o efeito de fazer com que se considerasse cada vez mais a situação própria dos países em desenvolvimento nas definições e nas recomendações. Mas, com o emprego

informal, surgiu, entre os instrumentos encarregados de descrever as estruturas da População Economicamente Ativa, um conceito forjado verdadeiramente para descrever uma situação específica dos países em desenvolvimento. Um conceito que, na verdade, recobre uma realidade que teve tendência a se desenvolver nos países industrializados ao longo dos últimos anos.

O conceito de emprego informal refere-se às características da atividade exercida pelo indivíduo ou da empresa na qual ele a exerce. Nesse sentido, é totalmente diferente dos outros conceitos de população ativa, que se referem a características individuais. Uma mesma atividade ou uma mesma empresa não podem fazer trabalhar indivíduos que, para alguns, seriam classificados no emprego informal e, para outros, no emprego formal. É a unidade econômica como um todo que deve ser classificada em um setor ou em outro. Se acontecesse de outra forma, não haveria novidade no conceito, mas, simplesmente, recursos a classificações já existentes (subemprego invisível, em referência ao nível de renda) ou a sub-classificações mais detalhadas (assalariados registrados e não registrados), o que é interessante, mas que não traz nenhum elemento realmente novo ao conhecimento da estrutura da população ativa.

O conceito de emprego informal situa-se em outro plano, diferente daquele do subemprego, cujas diversas formas não poderiam descrever completamente, e sem ambigüidade, uma realidade complexa e móvel. Quando se generalizou a nova definição internacional do desemprego (é considerada como sem trabalho qualquer pessoa que não tenha trabalhado pelo menos uma hora, por qualquer outra razão além de doença ou férias, durante a semana que precede a pesquisa e que esteja procurando um emprego, estando disponível para trabalhar), tomou-se rapidamente consciência de que a aplicação de uma definição tão restritiva teria por resultado a manutenção, na classificação de população ativa ocupada, das frações importantes de trabalhadores sobre os quais se poderia indagar com pertinência se seria conveniente considerá-los como ocupados. A adoção dessa norma, cada vez mais freqüentemente aplicada nas pesquisas, lança, assim, sobre o conceito de subemprego, o cuidado de descrever corretamente o estado e o funcionamento do mercado de trabalho nos numerosos países. Ora, o subemprego visível mostrou-se difícil de medir, mesmo se um número cada vez maior de pesquisas de recenseamentos propiciem informações sobre a duração do trabalho: o subemprego visível (em referência a uma duração do trabalho involuntariamente inferior à

duração normal) não foi suficiente para descrever a diversidade das situações cobertas pelo setor informal.

O setor informal também não pode ser assimilada às outras formas de subemprego, por várias razões:

- determinadas atividades informais podem trazer rendas substanciais durante uma certa duração de tempo inferior àquela que serve para definir o subemprego visível;
- os resultados de pesquisas recentes e adaptadas às situações que se tentou descrever mostram que as rendas dos pequenos empresários do setor informal podem ser amplamente superiores aos salários dos empregados do setor moderno — comparações entre vários países (CHARMES, 1990) mostram que, nesse campo, o setor informal também não é sinônimo de subemprego invisível;
- o desemprego de jovens diplomados e o desenvolvimento da pluriatividade desestruturam completamente o mercado de trabalho nos numerosos países em desenvolvimento, e começa-se a encontrar jovens diplomados exercendo pequenos ofícios no setor informal. Alguns deles podem, assim, ganhar mais do que se estivessem exercendo uma atividade relacionada com a formação que receberam.

Por outro lado, a pluriatividade não é, por definição, o contrário do subemprego e o indício de que a pessoa estava subempregada em sua atividade principal. Ora, o que dizer quando essa atividade principal é precisamente uma atividade assalariada, regular e que deveria ser exercida em tempo integral?

É num tal contexto, onde situações de emprego, subemprego e desemprego, de trabalho assalariado e de auto-emprego ou de emprego autônomo se tornam cada vez mais ambivalentes, que deveria, necessariamente, ocorrer uma tentativa de definição do setor informal.

A "resolução relativa às estatísticas do emprego no setor informal" (TRAVAIL..., 1993) lembra, primeiramente, as principais características do que se convencionou chamar de setor informal e que conferem a este a riqueza, a diversidade e o valor descritivo das definições multicriteriosas.

O setor informal é constituído das unidades econômicas que produzem bens e serviços em vez de criarem, principalmente, empregos e rendas e que trabalham em pequena escala, com baixo nível de organização e uma tênue divisão entre trabalho e capital, relações de trabalho que cobrem estreitamente as relações de parentesco, relações pessoais, sociais, relações muito mais ocasionais do que permanentes, contratuais e

garantidas. São empresas individuais, cujos ativos, despesas e compromissos são dificilmente dissociáveis daqueles de seus proprietários. Por isso mesmo, essas empresas não visam, necessária e deliberadamente, esgueirar-se das obrigações legais e são distintas da economia dita subterrânea.

A partir dessas características gerais, foi construída uma definição operacional do setor informal, para permitir a observação estatística nos países onde tais empresas exercem um papel suficientemente importante em termos de emprego e de contribuição ao PIB e necessitam uma consideração específica desse setor na modelação macroeconômica e nas políticas setoriais.

Segundo essa definição operacional, o setor informal é um subconjunto do setor institucional das famílias na Contabilidade Nacional. Ele é constituído por uma fração das empresas individuais, que fazem parte desse setor institucional das unidades familiares. Essas empresas se distinguem de sociedades e de quase-sociedades no que tange ao fato de que não possuem um conjunto completo de contas e não constituem pessoas jurídicas distintas das unidades familiares de que dependem.

Seja qual for o local de exercício da atividade, o grau de utilização do capital fixo, a duração da atividade (permanente, sazonal ou ocasional) e o caráter principal ou secundário de seu exercício, estão ligadas ao setor informal as empresas individuais que respondem aos seguintes critérios:

- as empresas familiares ou "empresas informais de pessoas que trabalham por conta própria", empresas individuais que não empregam assalariados de maneira contínua, mas podem empregar trabalhadores familiares e/ou assalariados ocasionais. "Por razões operacionais" e "segundo as circunstâncias nacionais", essa categoria pode compreender todas as empresas desse tipo, ou somente aquelas que não estejam registradas nas formas específicas da legislação nacional (regulamentações comerciais, fiscais, profissionais, etc.);
- as microempresas ou "empresas de empregadores informais", empresas individuais que empregam um ou mais assalariados de maneira contínua. "Por razões operacionais" e "segundo as circunstâncias nacionais", essa categoria compreende empresas desse tipo, que respondem a um ou mais dos critérios de (a) tamanho dos estabelecimentos inferior a um certo nível, variável de país para país e segundo os ramos e dependendo das legislações nacionais e do campo das pesquisas estatísticas sobre grandes unidades; (b) não-registro da empresa; ou (c) não-registro dos assalariados.

A população ocupada no setor informal é constituída de todas as pessoas que, durante o período de referência, possuíam um emprego em pelo menos uma unidade do setor informal, independentemente da situação na profissão e do exercício principal ou secundário dessa atividade.

É recomendado distinguir-se a população exclusivamente empregada no setor informal da população empregada por vezes no setor informal e também fora dele; e, nesta última categoria, a população principalmente empregada no setor informal e aquela secundariamente empregada nesse setor.

Por razões práticas, o campo do setor informal poderia limitar-se às atividades não agrícolas, o que não exclui, evidentemente, tais atividades, mesmo quando exercidas pelos agricultores (caso frequente).

A produção não mercantil é excluída do setor informal: os trabalhadores domésticos podem ou não ser incluídos, segundo as circunstâncias nacionais, mas é recomendado que se lhes constitua uma categoria separada; em revanche, as profissões técnicas ou liberais, desde que satisfaçam os critérios da definição proposta, deveriam estar incluídas.

Enfim, a inclusão no setor informal no que tange aos trabalhadores externos à empresa — ou seja, pessoas que trabalham enquanto autônomos ou assalariados por conta de uma empresa, mas fora dos locais desta empresa (trabalho ou subcontratação a domicílio) —, vai depender de que a unidade que constituem ou da qual dependem pertença a esse setor.

Vê-se, assim, que os termos da nova definição internacional do setor informal se apóiam fortemente e se aproximam das práticas anteriores dos estatísticos de pesquisas e dos economistas do trabalho, que haviam tentado apreender essa realidade multiforme e mutante.

Assim, é possível medir-se a evolução desse setor ao longo do tempo.

2 - A lenta e inexorável alta do emprego e do emprego informal na África, ao longo das duas últimas décadas

Enquanto o início dos anos 70 se caracterizava por taxas de desemprego insignificantes (e o mesmo acontecia então na Europa, antes dos choques do petróleo) — o que parecia lógico e normal, uma vez que o desemprego não era indenizado e que o trabalho assalariado era pouco

desenvolvido —, o número e a proporção dos desempregados cresceram consideravelmente 20 anos mais tarde, pelo menos no meio urbano, enquanto o trabalho assalariado não se estendeu, e a situação apresentada aos empregados não se modificou. Como explicar, nessas condições, taxas de desemprego urbano normalmente superiores a 10%, passando, por vezes, mesmo dos 20% (como no caso de Camarões) ou 30% (na Mauritânia) e taxas nacionais que variam entre 12% e 20% na África do Norte (Tabela 1).

Primeiramente, durante muitos anos, a crise provocada pelos choques do petróleo foi atenuada por políticas de endividamento inicialmente indolores, salvo, como na África Central, quando a própria renda do petróleo permitiu grande ampliação dos empregos na função pública, os quais se tornariam mais tarde difíceis de serem mantidos com a baixa das cotações e a alta nas taxas de juros. Na maioria dos países, as administrações e as empresas públicas e também o moderno setor privado contrataram amplamente jovens diplomados ou outros com menores níveis de formação. Em certos países, a contratação de jovens diplomados era automática e constituía mesmo um direito para aqueles que não encontrassem emprego fora da rede pública (Egito, Guiné e, de uma forma geral, os países que se reivindicavam socialistas); em outros, onde a ideologia liberal prevalecia, era o planejamento e o orçamento do Estado que procuravam prever um número suficiente de recrutamentos para absorver o essencial dos efetivos que concluíam suas formações (Tunísia e outros). Por vezes, as capacidades de absorção eram tão insuficientes em relação ao fluxo dos egressos dos cursos de formação que verdadeiras filas de espera foram instituídas (Egito).

Seja como for, esse sistema foi adotado em todos os países, e seu efeito reverso foi transformar em direito o emprego na função pública e manter em vigor a idéia de que a escola e, *a fortiori*, o ensino superior conduziam aos cargos administrativos ou, pelo menos, públicos na mentalidade dos jovens estudantes, assim como na mentalidade das famílias, que os encorajavam a estudar.

Daí seguiu-se, por vezes com atraso, uma diminuição drástica dos salários reais na função pública (salvo em certos países, como a República dos Camarões, onde a renda petrolífera pôde permitir mantê-los em um nível bastante elevado, até sua recente diminuição em três quartos), já que receitas orçamentárias estritas e em forte diminuição não permitiam, senão a este preço, manter um número importante de funcionários públicos. A Tabela 2 mostra a situação do emprego administrativo em alguns países da região, em 1987.

Tabela 1

Características da população ativa nas diversas regiões da África

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO (milhões)	PERCENTUAL DA MÃO-DE-OBRA	POPULAÇÃO ATIVA (milhões)	PERCENTUAL DA URBANA	TAXA DE DESEMPREGO
África do Norte	120,9	30	36,3	49	
Marrocos	26,3	33	8,7	47	(1)12,0
Argélia	26,4	24	6,3	53	(1)20,5
Tunísia	8,4	30	2,5	57	(1)18,8
Egito	54,9	31	17,0	44	(1)14,0
África Subsaariana	560,0	39	218,4	29	
África Saheliana		41		27	
Mauritânia	2,1	33	0,7	50	31,6
Senegal	7,8	34	2,7	41	
Mali	9,8	32	3,1	25	9,9
Nigéria	8,3	51	4,2	19	
Burkina-Faso	9,5	51	4,8	17	
Chade	5,9	37	2,2	34	
África Costeira		33		37	
Benin	4,9	35	1,7	40	10,1
Guiné	6,1	39	2,4	27	12,3
África Central		38		33	
Camarões	12,2	39	4,8	42	(2)24,6
Zaire	40,0	37	14,8	29	
África do Leste		42		18	
Quênia	25,3	40	10,1	25	16,2
TOTAL DA	680,9	37	251,9	33	
ÁFRICA					

TAXA DE EMPREGO NO SETOR INFORMAL (%)

DISCRIMINAÇÃO	População Ativa Total	População Ativa não Agrícola	
		Anos 80	Anos 90
África do Norte			
Marrocos	33,1	56,9	
Argélia	19,1	21,8	25,6
Tunísia	23,7	36,0	39,3
Egito	28,3	58,7	65,3
África Subsaariana			
África Saheliana			
Mauritânia	36,0	69,4	75,3
Senegal	20,3	76,0	
Mali	22,5	63,1	78,6
Nigéria	6,6	62,9	
Burkina-Faso	5,5	70,0	77,0
Chade	11,5		74,2
África Costeira			
Benin	40,9		92,8
Guiné	14,4	64,4	71,9
África Central			
Camarões			
Zaire	17,9	59,6	
África do Leste			
Quênia	15,5		61,4
TOTAL DA ÁFRICA			

(1) Taxas de desemprego para o conjunto dos países, último ano disponível. (2) Taxa de desemprego somente para Yaoundé, de 1992.

Tabela 2

Emprego e remunerações na função pública de alguns países africanos — 1987

DISCRIMINAÇÃO	EFETIVOS DA FUNÇÃO PÚBLICA (1 000)	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS POR MIL HABITANTES	MASSA SALARIAL (1)	RECEITAS ORÇAMEN- TÁRIAS HORS DONS (FCFA bilhões)
ÁFRICA SUBSAARIANA				
África Saheliana				
Mauritânia	20,0	11,1	17,3	62,5
Senegal (2)	66,0	9,4	119,8	251,0
Mali	45,0	5,8	39,4	89,2
Nigéria	33,0	4,9	28,2	75,7
Burkina-Faso	29,7	3,5	27,9	78,5
Chade	22,6	4,3	11,3	19,5
África Costeira				
Guiné	60,0	10,5	15,1	59,8
Costa do Marfim	85,0	8,0	284,0	858,0
Gana	300,0	22,1	53,9	156,9
Togo	32,0	10,7	34,2	89,2
Benin	45,0	11,0	43,0	55,0
África Central				
Camarões	152,0	13,9	258,0	765,0
Congo (2)	56,6	27,0	83,7	135,8
Zaire	440,0	13,3	53,9	231,9
Centrafrique (3)	22,4	8,0	25,2	38,1
DISCRIMINAÇÃO	MASSA SALARIAL EM PERCENTUAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	CUSTOS SALARIAIS MÉDIOS POR MÊS E POR PESSOA (1 000 FCFA)	CUSTO SALARIAL MÉDIO RELACIO- NADO AO PIB PER CAPITA	
ÁFRICA SUBSAARIANA				
África Saheliana				
Mauritânia	27,7	72,1	5,5	
Senegal (2)	47,7	151,3	9,0	
Mali	44,2	73,0	11,6	
Nigéria	37,3	71,2	8,7	
Burkina-Faso	36,5	78,3	15,4	
Chade	57,9	41,7	11,9	
África Costeira				
Guiné	25,3	21,0	2,5	
Costa do Marfim	33,1	278,4	11,4	
Gana	34,4	15,0	1,6	
Togo	38,3	89,1	8,6	
Benin	78,2	79,6	8,2	
África Central				
Camarões	33,7	141,4	4,6	
Congo (2)	61,6	123,2	4,8	
Zaire	23,2	10,2	2,4	
Centrafrique (3)	66,1	93,8	9,7	

FONTE: Banco Mundial.

(1) Em bilhões de francos da comunidade francesa africana (FCFAs). (2) Militares incluídos. (3) Cotizações sociais incluídas.

A *ratio* do número de funcionários por habitante designa bem os países que tiveram mais tendência a aplicar a política que acabamos de descrever. Entre esses países sahelianos, a Mauritânia tem a *ratio* mais elevada (11,1%) e é também o país que hoje tem a taxa de desemprego urbano mais alta (31,6%). E, na África Central, a razão de 13,9% em Camarões corresponde igualmente a uma taxa de desemprego elevada (24,6%).

Vê-se também que os salários públicos são os mais elevados em relação ao PIB *per capita* nos países sahelianos mais pobres, mas o nível dos salários é mais alto na Costa do Marfim e no Senegal, assim como em Camarões e no Congo. A massa salarial permanecia, nesses países, próxima de um terço do orçamento do Estado, salvo no Senegal e no Congo, onde atingia 47,7% e 61,6% respectivamente.

O distanciamento progressivo entre as rendas salariais do setor público e a produtividade esperada do trabalho assim remunerado tendeu a alinhar essa produtividade no nível do salário consentido. Em outros termos, o salário público passou a ser somente uma pequena parte da renda familiar, aumentando a pluriatividade do funcionário ou dos membros da unidade familiar; ou, ainda, as rendas ocultas tiradas da privatização do Estado, ou seja, imposição de sacrifícios onerosos dos serviços públicos através de práticas clientelistas remuneradoras.

Isto para dizer que, por menos atrativas que possam parecer as remunerações da função pública, o emprego administrativo como tal manteve seu lado de atratividade porque se tornou uma espécie de indenização sedutora, que dava acesso a práticas clientelistas, assegurando uma cobertura social e permitindo sempre o exercício de uma segunda atividade a título privado.

As taxas de desemprego mais elevadas observam-se na Mauritânia (31,6%), em Camarões (24,6%) e na Argélia (20,5%). Em cada um desses casos, compreende-se que o fato de um indivíduo ativo — geralmente jovem — declarar-se sem trabalho tem raízes na situação tal qual ela é vivida atualmente e no processo que a ela conduz:

- na Mauritânia, país onde a sedentarização e a urbanização intervieram num período bastante breve, o emprego na administração foi procurado prioritariamente porque constituía, até recentes ajustes, uma saída relativamente aberta, que permitia, dentre outras coisas, fazer com que as relações de parentesco influenciassem plenamente;
- em Camarões, país que se beneficia de uma renda petrolífera, o nível elevado de salários públicos só podia atrair uma população cujas taxas de

alfabetização e de escolarização em todos os níveis fossem elevadas (respectivamente 57% e 52%, contra 51% e 35% para a África Subsaariana). Pode-se pensar que a redução recente e drástica dos salários públicos teve um efeito depressivo sobre a taxa de desemprego, pois a diminuição dos recursos das unidades familiares que dela resulta se traduz em um arrefecimento das expectativas dos jovens, conduzindo, assim, ao "desemprego de insatisfação"; muitos, impelidos pelas necessidades, chegam a considerar que as pequenas atividades que empreendem são definitivamente as formas de emprego mais ou menos estáveis às quais podem aspirar. É o que confirmam os resultados da segunda parte da pesquisa DIAL/DSCN sobre o Yaoundé, cuja taxa de desemprego caiu de 25% em 1993 para 18% em 1994;

- na Argélia, onde o emprego público (administração e setor econômico) representava, em 1985, mais de 65% do emprego não agrícola e onde o nível de educação da população é igualmente bastante elevado, a ambição dos jovens que saíam do sistema educativo só poderia ser a situação de assalariado no setor público.

Com efeito, a duração do desemprego, que atinge sempre níveis importantes (três anos e meio no Yaoundé; mais de 72% dos desempregados estavam nessa situação há mais de dois anos em Cotonou e Parakou, no Benin, etc.), significa que o desemprego é interpretado como ausência de um emprego estável e remunerado e não como ausência do exercício de atividades ocasionais ou informais.

Se as taxas de desemprego elevadas significam, portanto, uma insatisfação face ao tipo de emprego oferecido no mercado de trabalho urbano e uma persistência em considerar que o emprego assalariado permanece, ainda e sempre, senão uma ambição, ao menos uma fantasia de solução na qual ainda se quer acreditar, é de se esperar que um tal estado de espírito possa mudar rapidamente com o desaparecimento da miragem.

Primeiramente, as taxas podem diminuir em mais ou menos um terço, quando uma investigação um pouco mais apurada permite verificar — e permite ao interessado admitir — a influência, muitas vezes, do exercício de atividades informais remuneradoras. Assim, por exemplo, no Mali, em 1989, a taxa de desemprego declarada, que era de 9,9% no meio urbano, passava a 6,7%, quando era medida em termos de desemprego real (ou seja, a ausência de atividade por, no mínimo, uma hora em uma atividade remunerada durante a semana que precede a pesquisa). Da mesma forma,

no Benin, em 1993, a taxa de desemprego declarada, no meio urbano, era de 10,1%, e a taxa de desemprego real, de 6,3%.

Por outro lado, as taxas reais podem cair bruscamente, quando a situação exige mais realismo, mesmo quando se pode continuar a observar as divergências acrescidas entre taxas aparentes e taxas reais. Ver-se-á adiante que a taxa de desemprego urbano, que se elevou no Benin de 10,1% para 12,2% entre 1993 e 1994 no que diz respeito à taxa aparente (declarada), diminuiu, em revanche, de 6,3% para 1,8% no que tange à taxa real, seguindo a desvalorização do franco da comunidade francesa africana.

Assim, o aumento importante e recente das taxas de desemprego é sinal da subida da insatisfação de uma juventude, cujo nível de educação se elevou a despeito dos problemas e das incertezas da escolarização, uma juventude que, assim, se tornou menos apta sob todos os pontos de vista a lançar-se na iniciativa privada do setor informal, única saída real desde que os Programas de Reajuste Estrutural fecharam as portas da função pública e do setor público e que o retorno à terra é ainda menos enfrentável. Mas essa insatisfação manifesta — e claramente manifestada — não está totalmente destituída de pragmatismo, visto que as taxas de desemprego reais são bem mais baixas do que as declarações espontâneas gostariam de admitir e que um choque de grande amplitude, é verdade, assim como a desvalorização do franco da comunidade francesa africana, chega mesmo à reduzi-las ao mínimo. Vale dizer que as avaliações do emprego no setor informal, por mais elevadas que sejam, são ainda subestimadas quanto à proporção da diferença entre taxa de desemprego aparente e taxa de desemprego real.

A despeito dessa subestimação intrínseca, o emprego no setor informal atinge níveis extremamente elevados, assim como mostram as Tabelas 1, 3 e 4.

O interesse das avaliações do setor informal apresentadas nossas tabelas deve-se à unicidade e à homogeneidade do método que ali foi aplicado: essa metodologia, na comparação de um país com o outro, consiste em cotejar as fontes exaustivas da população ativa (recenseamentos, pesquisas das unidades familiares) com as fontes de registro (que podem ser variáveis de país para país, em função de sua fiabilidade, de sua exaustividade e, evidentemente, de sua disponibilidade). A estimação do setor informal que dela resulta equivale ao saldo do emprego não registrado. Assim, por exemplo, a fonte de registro (registro fiscal, ou registro das empresas observadas pelos serviços da Contabilidade Nacional, ou registro da previdência social) permite redefinirem-se os efeitos recenseados nas fontes exaustivas, os empregos que provêm das empresas que têm um estatuto de

sociedades, ou que têm uma contabilidade completa, ou que registram seus assalariados. Essa metodologia, de certa forma, já era aplicada antes do tempo, mas também depois, de maneira muito próxima à definição internacional do setor informal, enquanto conceito de população ativa, que foi adotado, em Genebra, pela 15ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, em janeiro de 1993.

Assim definido e avaliado segundo o método rapidamente descrito, mediante, igualmente, algumas hipóteses e aproximações, o setor informal representava, segundo os países, 20% a 75% da população ativa não agrícola nos anos 80, a maior parte dos países concentrando-se entre 35% e 70% (com exceção da Argélia e do Senegal). Nos anos 90, essas taxas passaram para 25% a 90%, ou, eliminando-se os extremos, ficaram entre 40% e 80%. Por países, constatarem-se evoluções de três a 15 pontos, o mínimo tendo sido observado na Tunísia, e o máximo, no Mali. Essas estimativas são extraídas da Tabela 1, enquanto a Tabela 3 traz as estimativas anuais.

Entre 1975 e 1993, o peso do setor informal cresceu consideravelmente em todos os países, consagrando seu papel de absorção da mão-de-obra excedente no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que o setor moderno (público, mas também privado) via, progressivamente, suas capacidades serem reduzidas sob o efeito da crise e, posteriormente, do ajuste.

A única exceção é a Tunísia, para a qual se dispõe, aliás, de três pontos de observação (Tabela 3). O período de 1970 a 1980 mostra o crescimento liberal competitivo e, posteriormente, de industrialização rápida e caracteriza-se, depois de 1970 (data do abandono do sistema das cooperativas), por uma verdadeira explosão das atividades informais, seguida, a partir do meio da década, por uma formalização progressiva da economia, de tal sorte que o emprego informal regrediu de 38,4% para 36,0% entre 1975 e 1980. Posteriormente, os efeitos do ajuste, a partir do meio da década de 80, acarretaram um pico de 39,3% em 1989, correlativo a uma disparada do desemprego. É provável que, quando se dispuser dos números relativos a 1994, se venha a constatar uma nova diminuição do setor informal, já que o período recente corresponde novamente a uma fase de industrialização rápida. Assim, observa-se, nesses países, o aspecto propriamente anticíclico do setor informal: desenvolve-se em período descendente do ciclo e regride na fase ascendente.

Mas o caso da Tunísia permite também diferenciar, dentro do próprio conjunto do setor informal, uma fração que tende ao movimento cíclico e que se desenvolve em fases e uma fração anticíclica. Assim, durante o período

de 1975 a 1980, onde se viu reduzir a parcela do emprego informal, o setor informal localizado — ou seja, o segmento das microempresas — reforçou-se, ao contrário do segmento não localizado mais precário (trabalho a domicílio, ambulante, trabalhos gerais, etc.).

A exceção da Tunísia provém, evidentemente, do crescimento econômico, mas também da disponibilidade regular de dados estatísticos e de estimativa. O mesmo, porém, não acontece na maioria dos casos, onde o crescimento está ausente, assim como as informações necessárias para se procederem as estimativas regulares. O perfil geral que se depreende das Tabelas 1 e 3 é o de um aumento generalizado do emprego informal, correlativamente à subida do desemprego, perfil que corresponde à fase globalmente descendente do ciclo que caracteriza a África Subsaariana já há mais de 20 anos.

Em relação ao conjunto da população ativa, a proporção do emprego informal varia de 6% (no Burkina-Faso) a 36% (na Mauritânia), dependendo, em grande parte, da taxa de urbanização mais ou menos elevada (respectivamente, de 17% e 50% para os dois países citados). Assim, em termos de população ativa não agrícola, o patamar de 50% de empregos informais é geralmente ultrapassado, e, em termos de população ativa total (agricultores incluídos), esse patamar terá tendência a elevar-se rapidamente com a urbanização e o crescimento urbano (que, sem se acelerar, permanece particularmente elevado). É evidente que, caso se adotar uma concepção extensiva do setor informal, nele incluindo o Setor Primário, estará sendo considerada a maior parte da população dos países da região, que depende dessas atividades para viver.

A Tabela 4 apresenta um certo número de características globais do setor informal.

Primeiramente, a dimensão urbana do fenômeno parece importante, já que os números de que se dispõe são superiores a 50% e se elevam mesmo a mais de 80%, no caso da Guiné.

É igualmente um setor predominantemente terciário (comércio e serviços), posto que as atividades de produção (essencialmente manufaturados) ali representam normalmente menos de 50% dos efetivos (salvo no Marrocos; na Tunísia e no Mali, permanecem próximas do patamar). Em certos países, essa predominância do Terciário informal é esmagadora (no Chad, na Mauritânia e no Senegal). O Zaire e o Burkina-Faso situam-se em um nível intermediário (com 23% e 29% das atividades manufaturadas), enquanto o Mali e a Guiné se caracterizam por um setor informal produtivo relativamente importante (47% e 37% respectivamente).

Tabela 3

Estimativas anuais do emprego informal proporcionalmente à população ativa ocupada não agrícola nas diversas regiões da África — 1975-1994

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1980	1982	1983	1984	1985
ÁFRICA DO NORTE								
Marrocos					56,9			
Argélia			21,8					25,4
Tunísia	38,4			36,0				
Egito		58,7						
ÁFRICA SUBSAARIANA								
África Saheliana								
Mauritânia				69,4				
Senegal				76,0				
Mali		63,1						
Nigéria			62,9					
Burkina-Faso								70,0
Chade								
África Costeira								
Benin								
Guiné							64,4	
África Central								
Zaire						59,6		
África do Leste								
Quênia								

DISCRIMINAÇÃO	1986	1988	1989	1990	1991	1993	1994
ÁFRICA DO NORTE							
Marrocos							
Argélia							
Tunísia			39,3				
Egito	65,3						
ÁFRICA SUBSAARIANA							
África Saheliana							
Mauritânia		75,3					
Senegal							
Mali			78,6				
Nigéria							
Burkina-Faso							77,0
Chade						74,2	
África Costeira							
Benin						92,8	
Guiné					74,9		
África Central							
Zaire							
África do Leste							
Quênia				61,4			

NOTA: Estimativas do autor a partir de análise comparativa das fontes nacionais; referências precisas, por países, dadas na bibliografia.

A proporção das mulheres no setor informal é igualmente bastante variável, mas depende, evidentemente, do levantamento estatístico da atividade feminina. Somente o Chad e o Mali se situam acima do patamar de 50% (com proporções de mulheres que atingem 52% e 54% respectivamente). O Burkina-Faso encontra-se em um nível intermediário, com uma taxa de 46%. Finalmente, a Mauritânia, o Egito e a Guiné permanecem em níveis bastante baixos (20% a 26%).

Por outro lado, a proporção das microempresas, assimiladas ao emprego assalariado no setor informal, é bastante fraca normalmente (5% no Benin e na Guiné, 7% a 8% no Chad e na Nigéria, 18% no Mali e 26% no Zaire). De uma forma geral, essa categoria permanece bastante limitada, o que levanta o problema das potencialidades de acumulação do setor; sua relativa importância no Mali e no Zaire apenas ilustram o baixo domínio do Estado e da administração sobre as empresas que, em condições políticas diferentes, seriam registradas.

Tabela 4

Algumas características do setor informal em países africanos

DISCRIMINAÇÃO	EFETIVOS	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATIVA NÃO AGRÍCOLA	PERCENTUAL DA URBANA	PERCENTUAL DA MANUFATUREIRA	PERCENTUAL DE MICRO-EMPRESAS	PERCENTUAL DE MULHERES
África do Norte						
Marrocos (1982)	1 171 900	56,9		51,7		
Argélia (1985)	77 300	25,4		25,8		
Tunísia (1989)	577 000	39,3		48,6		
Egito (1986)	3 417 600	65,3		38,1		22,5
África Subsaariana						
África Saheliana						
Mauritânia (1988)	158 600	75,3		14,7		20,4
Senegal (1980)	482 500	76,0		16,9	5,0	
Mali (1989)	745 300	78,6	57,0	47,4	18,3	53,8
Nigéria (1977)	89 700	62,9			7,9	
Burkina-Faso (1985)	221 800	70,0	53,4	29,3	18,5	45,8
Chade (1993)	310 600	74,2	56,6	12,2	7,3	52,4
África Costeira						
Benin (1993)	839 000	92,8			5,0	
Guiné (1991)	376 800	74,9	81,1	37,2	5,0	26,3
África Central						
Zaire (1984)	1 889 100	59,6		22,9	25,9	
África do Leste						
Quênia (1990)	1 887 100	61,4				
TOTAL DA ÁFRICA						

NOTA: 1. Os dados referem-se aos anos mais recentes disponíveis.

2. Estimativas do autor a partir de análise comparativa das fontes nacionais, referências precisas, por países, dadas na bibliografia.

Todavia o perfil do setor informal predominantemente urbano, terciário e masculino, pode ser completamente questionado, se se considerarem as atividades secundárias. O exemplo do Burkina-Faso é, sobre esse ponto de vista, interessante: o levantamento das atividades secundárias efetuado quando do recenseamento da população de 1985 permite ver-se que, em termos de emprego (e não mais de ativos), o setor informal se torna majoritariamente rural, manufatureiro e feminino (Tabela 5).

Tabela 5

Setor informal, segundo a abordagem pelos ativos e a abordagem pelos empregos
(pluriatividade), no Burkina-Faso

DISCRIMINAÇÃO	ATIVIDADE PRINCIPAL		ATIVIDADE SECUNDÁRIA		EMPREGOS SECUNDÁRIOS	
	Ativos	%	Total	%	Empregos	%
Urbano	120 000	54,5	13 000		133 000	
Rural	100 000		652 000	98,0	752 000	85,0
Homens	130 000	59,1	145 000		275 000	68,9
Mulheres	90 000		520 000	78,2	610 000	
Produção	55 000		405 000	60,9	460 000	52,3
Terciário	165 000	75,0	260 000		425 000	
Total do setor informal	220 000	100,0	665 000	100,0	885 000	100,0
Percentual da população ativa total	5,5					17,7
Percentual da população ativa agrícola	70,0					90,8

FONTE: CHARMES, J. (1990). Pluri-activité des salariés et pluri-activité des agriculteurs; deux exemples de mesure et d'estimation: Italie et Burkina Faso. In: MONTAGNE-VILLETTE, S., ed. *Espaces et travail clandestins*. Paris: Masson. p. 25-32.

Pode-se, assim, observar a completa mudança de perspectiva introduzida pela pluriatividade, cujo papel, sob suspeita, permanece amplamente subestimado, tanto no que tange à função que desempenham as mulheres, por um lado, quanto ao setor informal, por outro, no que se relaciona ao processo de adaptação das unidades familiares às consequências do ajuste.

3 - Informalização não é forçosamente sinônimo de marginalização

Se, a partir daqui, é possível tomar como verdadeiro o crescimento considerável que conheceu o setor informal ao longo dos últimos 20 anos, em termos de ativos e de empregos, e se for estabelecida uma relação entre essa observação e o crescimento lento ou a estagnação do Produto e o decréscimo do PNB *per capita*, pode-se legitimamente perguntar se uma tal evolução não corresponde simplesmente a estratégias de sobrevivência e, dentro de algum tempo, senão já hoje, a uma marginalização das economias africanas.

A Tabela 6 apresenta os níveis de evolução respectivos do Produto, da população e do PNB por habitante.

Na África do Norte (salvo na Argélia), a taxa de crescimento do PNB foi sensivelmente superior às taxas de crescimento demográfico, de forma que os PNBs *per capita* cresceram de um a dois pontos por ano ao longo do período de 1980 a 1991.

Na África Subsaariana, ao contrário (salvo no Chad, que se reerguia de um longo período de guerra, na Nigéria e na África do Sul), as taxas de crescimento do Produto foram constantemente inferiores às taxas de crescimento demográfico, e, assim, a maioria dos países da região conheceram uma quase-estagnação e, na maior parte das vezes, um decréscimo de seu PNB *per capita* (menos 1,1% por ano no período de 1980 a 1991).

A taxa de crescimento do Produto (2,6% por ano na África Subsaariana) permaneceu, entretanto, ligeiramente superior à taxa de crescimento da população ativa na década de 80 (2,5% por ano); assim, a produtividade média do trabalho não teria diminuído ao longo do período e teria mesmo mostrado uma certa melhora, sobretudo se se considerar a taxa de desemprego que se agravou. Entretanto é grande o risco de que essa tendência venha a inverter-se ao longo da década de 90, enquanto as perspectivas de crescimento do Produto permanecem sombrias, e a taxa de crescimento da população ativa deve passar a 2,7% ao ano. E no restante, um tal nível de produtividade não basta para manter o nível de vida de uma população com forte tendência ao crescimento.

Certamente, é legítimo considerar-se que os PNBs são subestimados e que terão a tendência de ser cada vez mais subestimados com o crescimento de um setor informal, cuja contribuição à formação do Produto é

mal avaliada, por definição, pela Contabilidade Nacional: basta, como exemplo, constatar a relação inversa que existe entre PNB *per capita* e proporção de emprego no setor informal (os países da África do Norte, com renda intermediária, têm taxas de emprego no setor informal inferiores a 60% para PNBs *per capita* superiores a 1.000\$, enquanto os países menos avançados atingem taxas de emprego informal superiores a 70%).

Definitivamente, se não há certeza de que os níveis de vida realmente diminuíram (na ausência de dados comparativos e diacrônicos sobre o consumo das unidades familiares), é certo que eles pelo menos estagnaram e que, sob qualquer ponto de vista, se atrasaram em relação às outras regiões do Mundo.

A questão da marginalização deve, entretanto, ser examinada à luz das rendas provenientes das atividades econômicas de maior número e, nesse caso, principalmente das atividades informais. Ela deve igualmente ser confrontada com dados disponíveis que indiquem a existência de uma acumulação de capital em geral e de uma acumulação produtiva em particular.

3.1 - Nível e evolução das rendas salariais e não salariais no setor informal

A questão coloca-se nos seguintes termos: posto que cada vez mais ativos entram no setor informal e que o Produto ou aumenta pouco ou se estagna, vale dizer que as rendas retiradas dessas atividades tendem a diminuir. A forte concorrência que introduziria as entradas maciças no setor seria, ainda, exacerbada pela diminuição brutal do poder de compra dos assalariados (e dos assalariados públicos em particular), em consequência da redução de efetivos, das reestruturações das empresas públicas e das diminuições de salários, decididas no âmbito dos Programas de Ajuste Estrutural.

Desse duplo movimento de entradas maciças de ativos e de restrição do poder de compra dos assalariados resultaria uma marginalização dos participantes do setor informal: em suma, a concorrência tenderia a estabelecer, nesse setor, um equilíbrio do mínimo de subsistência.

A nível macroeconômico, o mecanismo pode se encontrar imobilizado, pelo fato de que as restrições orçamentárias e a redução da massa salarial distribuída pelo Estado e pelo setor público, se tendem efetivamente a diminuir a demanda, têm também por objetivo limitar o déficit público e reorientar as despesas públicas em direção a empregos mais produtivos.

Tabela 6

Grandes tendências do Produto, da população e do PNB por habitante nas diversas regiões da África — 1960-1992

DISCRIMINAÇÃO	PNB DE 1981 (US\$ bilhões)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1980-91	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	
			1960-92	1981-90
África do Norte			2,6	
Marrocos	27,1	4,3	2,6	2,6
Argélia	52,3		2,8	2,9
Tunísia	12,5	3,5	2,2	2,4
Egito	33,5	4,5	2,4	2,5
África Subsaariana	260,0	2,6	2,8	
África Saheliana			2,6	
Mauritânia	1,1	0,6	2,4	2,7
Senegal	2,8	2,5	2,8	3,0
Mali	2,5	-0,9	2,6	3,3
Nigéria	2,8	4,0	3,2	2,6
Burkina-Faso	5,6	2,9	2,4	2,3
Chade	1,2	6,3	2,1	2,2
África Costeira			2,8	
Guiné	2,8		2,1	2,6
Costa do Marfim	8,9	0,3	3,9	3,9
Gana	6,4	3,1	2,7	3,4
Togo	1,5	1,8	2,9	3,0
Benin	1,9	2,1	2,5	2,9
Nigéria	33,7	1,4	2,7	3,3
PNB POR HABITANTE				
DISCRIMINAÇÃO	Em 1991 (US\$)	Taxa Anual de Crescimento		
		1965-80	1980-91	
África do Norte				
Marrocos	1 030	2,7	1,6	
Argélia	1 990	4,2	-0,7	
Tunísia	1 500	4,7	1,1	
Egito	610	2,8	1,9	
África Subsaariana	540	1,5	-1,1	
África Saheliana				
Mauritânia	510	-0,1	-1,8	
Senegal	270	2,1	-0,1	
Mali	310	-2,5	-4,1	
Nigéria	290	1,7	1,2	
Burkina-Faso	730	-0,5	0,1	
Chade	210	-1,9	3,8	
África Costeira				
Guiné	500	1,3		
Costa do Marfim	680	2,8	-4,6	
Gana	420	-0,8	-0,3	
Togo	410	1,7	-1,3	
Benin	360	-0,3	-0,9	
Nigéria	350	4,2	-2,3	

(continua)

Tabela 6

Grandes tendências do Produto, da população e do PNB por habitante
nas diversas regiões da África — 1960-1992

DISCRIMINAÇÃO	PNB DE 1991 (US\$ bilhões)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1980-91	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	
			1960-92	1981-90
África Central			2,9	
Camarões	10,4	2,1	2,6	2,9
Congo	2,7	3,1	2,8	2,9
Zaire	8,1	1,6	3,0	3,3
Centrafrique	1,2	1,2	2,3	2,7
África do Leste			2,9	
Etiópia	6,4	1,5	2,5	3,6
Tanzânia	2,8	2,0	3,2	3,4
Quênia	3,6	4,1	3,5	2,5
África Australiana			2,7	
África do Sul	102,1	3,3	2,6	2,5
Zâmbia	3,4	0,7	3,2	3,6
TOTAL DA ÁFRICA ...	385,5		2,8	

PNB POR HABITANTE

DISCRIMINAÇÃO	Em 1991 (US\$)	Taxa Anual de Crescimento	
		1965-80	1980-91
África Central			
Camarões	860	2,4	-1,0
Congo	1 040	2,7	-0,2
Zaire		-1,3	
Centrafrique	410	0,8	-1,4
África do Leste			
Etiópia	120	0,4	-1,6
Tanzânia	120	0,8	-0,8
Quênia	340	3,1	0,3
África Australiana			
África do Sul	2 540	3,2	0,7
Zâmbia	420	-1,2	
TOTAL DA ÁFRICA ...			

FONTE: RAPPORT MONDIAL SUR LE DÉVELOPPEMENT HUMAIN (1994). Paris: PNUD /Eco-
nomica, 240p. quadros 18, 23 e 27.

TRAVAIL dans le monde, Le (1993). Genève: BIT. p.100.

Será que existem, entretanto, indicações que tendam a mostrar que as rendas retiradas das atividades informais decresceram ao longo do período recente?

As Tabelas 7 e 8 retomam a síntese dos dados disponíveis sobre as rendas informais do período de 1975 a 1984, já apresentadas em 1990 (CHARMES, 1990).

Na época, os dados disponíveis diziam respeito somente ao setor informal "moderno", no sentido de modernizável, ou seja, as pequenas empresas (familiares e microempresas) localizadas dentro de

estabelecimentos (e com exclusão do comércio) e somente nas capitais. Esse segmento do setor informal não representa, em geral, mais do que 20% a 30% das unidades econômicas do setor. Entretanto os dados da Tunísia são nacionais e têm como objeto o conjunto das pequenas empresas; além disso, no caso de Niamey, Lagos e Kano, dispõe-se de dados sobre o comércio ambulante (ou seja, os pequenos vendedores de rua), logo, sobre uma fração importante do setor informal não localizado (que compreende, além disso, o trabalho a domicílio e o trabalho ambulante).

Tabela 7

Rendas dos empresários do setor informal em alguns países da África — 1977-1982

PAÍSES E CIDADES	ANOS	PRODUÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	TOTAL	COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO
Tunísia						
Ensemble	1981-82	5,1 (1)3,0	4,4 (1)2,6	8,9 (1)5,2		
Mauritânia						
Nouakchott	1977	5,8		6,0	5,9 (1)1,6	
Senegal						
Dakar	1977				1,5	
Mali						
Bamako	1978	5,8		5,1	5,4	
Nigéria						
Niamey	1982	8,8	6,2	8,7	7,7	
Sierra Leone						
Freetown	1978	2,5	1,9	2,3	2,1	4,2
Gana						
Kumasi	1976-77	6,5				
Togo						
Lomé	1977	3,6		2,9	3,2	
Nigéria						
Lagos	1978					2,6
Kano	1978					1,8
Camarões						
Yaoundé	1978	5,5		5,0	5,3	
Centrafrique						
Bangui	1978	4,3	1,3	2,7	1,7	

FONTE: CHARMES, J. (1990). Pluri-activité des salariés et pluri-activité des agriculteurs, deux exemples de mesure et d'estimation: Italic et Burkina-Faso. In: MONTAGNÉ-VILLETTE, S. ed. *Espace et travail clandestins*. Paris: Masson, p.25-32.

CHARMES, J. (1994). Le secteur informel, une chance ou un pis-aller pour le développement en Afrique? In: CONFÉRENCE SUR L'AFRIQUE DANS LE MONDE D'AUJOURD'HUI, *Communication*. Geneve: CRES. 13p.

NOTA: Em múltiplos do salário mínimo legal.

(1) Múltiplos do salário médio no setor moderno.

Precise-se, finalmente, que as pesquisas tunisianas e nigerianas (Niamey) puseram em operação métodos indiretos de coleta de dados sobre os resultados da atividade, que permitiram mostrar que as declarações diretas eram, em média, subestimadas em 50%. Assim, explica-se o nível mais elevado das rendas observadas nesses dois países, uma vez que o campo das pesquisas desses países é mais amplo.

Mesmo que as médias possam esconder fortes dispersões (as disparidades são mais importantes entre ramos de atividades, particularmente no comércio, onde existe uma hierarquia de produtos), elas dão, entretanto, uma nítida idéia da hierarquia das rendas.

Assim, ficava claro, na virada dos anos 70 e dos anos 80, que as rendas dos pequenos empresários do setor informal eram nitidamente superiores ao salário mínimo legal e, mesmo, ao salário médio do setor moderno nos países onde estes não eram artificialmente elevados. Mesmo os pequenos comércios de rua rendiam duas a quatro vezes mais do que o salário mínimo, e os interessados declaravam, na maioria das vezes, que não estavam a procura de um trabalho assalariado, antes de um local onde exercer sua atividade de modo mais estável.

Quanto aos salários (Tabela 8), que dizem respeito a uma pequena fração do trabalho informal (correspondendo às microempresas), eles eram, de forma geral, próximos do salário mínimo legal, mesmo quando se excluía das estatísticas os aprendizes e os ajudantes familiares.

Dez a 15 anos mais tarde, o que se sabe da evolução das rendas salariais e não salariais do setor informal?

Ao longo do último período, as metodologias das pesquisas sobre o setor informal modificaram-se profundamente. Privilegia-se hoje, seguindo as recomendações da XV Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, uma abordagem através de pesquisas junto às unidades familiares. Isso representa a vantagem de cobrir amplamente os segmentos do setor informal e não mais somente as pequenas empresas, mas acarreta também o inconveniente de tornar mais difíceis as comparações, pois o tamanho reduzido das amostras da população nem sempre permite uma distinção entre os diversos segmentos, especialmente quando o que se deseja é cruzar as variáveis renda, ramos de atividade e *status*. Por outro lado, o peso das pesquisas impede que se desenvolvam métodos indiretos, e os riscos de subestimação são ainda mais importantes.

Em consequência, os dados, pouco numerosos, são tênues.

Tabela 8

Salários médios pagos por empresários do setor informal em alguns países da África — 1977-1982

PAÍSES E CIDADES	ANOS	PRODUÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	TOTAL
Marrocos					
Ensemble	1988	0,9	0,6	1,1	
Tunísia					
Ensemble	1981-82	1,2 (1)0,7			
Mauritânia					
Nouakchott	1977	1,4		1,9	1,7
Mali					
Bamako	1978	1,8		1,2	1,5
Nigéria					
Niarney	1982	1,2	0,8	0,8	1,0
Togo					
Lomé	1977	1,1		1,0	1,1
Camarões					
Yaoundé	1978	1,4		1,4	1,4
Tanzânia					
Dar es Salam ...	1982	0,9			

FONTE: CHARMES, J. (1990). Pluri-activité des salariés et pluri-activité des agriculteurs; deux exemples e mesure et d'estimation: Italic et Burkina-Faso. In: MONTAGNÉ VILLETTE, S. ed. *Espace et travail clandestins*. Paris: Masson, p.25-32.

CHARMES, J. (1994). He secteur informel, une chance ou un pis-aller pour le développement en Afrique? In: CONFÉRENCE SUR L'AFRIQUE DANS LE MONDE D'AUJOURD'HUI, *Communication*. Geneve: CRES. 13p.

NOTA: 1. Em múltiplos do salário mínimo legal.

2. Aprendizes e ajudantes familiares excluídos.

(1) Múltiplos do salário médio no setor moderno.

Jan Vandemoortele (1991) dá índices da queda de salários reais para a África Subsaariana nos anos 80: partindo de 100 em 1980, o índice caiu para 78 na Nigéria em 1988 e para 77 no Kenya em 1987, sendo que, em Ghana, a queda foi até 80 em 1985.

No Benin, em 1993 (CHARMES et al., 1993), nas Cidades de Cotonou e Parakou, a renda mensal média dos autônomos encontra-se ao redor de 10.000 FCFA (em baixa em relação a 1992, quando se situava em 13.000 FCFA), ao passo que, para os assalariados informais, situava-se em 30.000 FCFA (em alta em relação a 1992, quando estava em 25.000 FCFA) e ficava

em mais de 50.000 FCFA para os assalariados do setor formal, contra 45.000 FCFA em 1992. Assim, as rendas salariais formais e informais estavam em alta, enquanto a renda dos independentes, em baixa.

A pesquisa de Yaoundé (CONDITIONS..., 1993; SECTEUR..., 1993a; CONSOMMATION..., 1993b) permite saber que os patrões do setor informal (microempresas que serão assimiladas, *grosso modo*, a empresas que possuem um local, resultado comparável ao de 1978) percebiam, no total de todas as atividades, uma renda mensal de 67.000 FCFA, ou seja 2,7 vezes o salário mínimo, o que representaria uma diminuição de 50% em relação a 1978; enquanto, para o conjunto dos pequenos empresários (autônomos trabalhando em seu próprio domicílio inclusive), esse coeficiente se elevava a 1,3 vez o salário mínimo.

Se existem sérios indícios da baixa das rendas informais (enquanto, ao nível macroeconômico, isso praticamente não apareceu até 1991, embora se possa falar de uma forte aceleração desde então), estes são, entretanto, mascarados, confusos e, de certa forma, velados pela dificuldade de comparação com os dados anteriores nas operações de coleta. Mas, principalmente, pode-se pensar logicamente que o crescimento do emprego informal diz respeito especialmente ao segmento anticíclico, ou seja, o trabalho a domicílio, ambulante, não localizado, terciário e, sobretudo, comercial e feminino. Isso nos fornece alguns índices, posto que se sabe que a parcela do Setor Terciário no emprego informal passou de 71% para 85% na Mauritânia, entre 1980 e 1988; e a parcela do comércio aumentou de 34% para 36% entre 1976 e 1986, no Egito, e, na Tunísia, de 27% para 35% entre 1981 e 1989. Da mesma forma, a proporção das mulheres no setor informal passou de 31% para 54% em Mali, entre 1976 e 1989. Entretanto tem-se ainda pouco conhecimento sobre essas evoluções a nível nacional; pode-se chegar a uma aproximação apenas a partir de dados globais sobre o crescimento do emprego não assalariado, do emprego feminino e do Setor Terciário.

Terceirização e feminização, assim como a não-localização (no sentido do exercício a domicílio ou na rua, na ausência de um estabelecimento) seriam, então, três indicadores de marginalização que as pesquisas atuais e futuras deveriam esforçar-se em documentar. Isso não exclui, simultaneamente, um desenvolvimento das potencialidades de acumulação em um segmento localizado das microempresas, mesmo que esse segmento permaneça relativamente fraco.

3.2 - A questão da acumulação no setor informal

De forma geral, pode-se observar que, por todo o continente africano, o rápido crescimento demográfico foi acompanhado, a despeito da crise e do ajuste estrutural, da edificação de um hábitat e de construções em alvenaria que representam uma acumulação, posto que resultam, com efeito, de uma maneira ou de outra, da mobilização de uma poupança interna, seja através da autoconstrução, seja por investimento de um capital financeiro acumulado através de atividades produtivas (e também pela emigração). Essa acumulação operou-se sempre no meio urbano, e é mérito de pesquisas como aquelas do programa West African Long Term Perspective Study (WALTPS), efetuado pelo Cub do Sahel da OCDE, ter contribuído para inverter o sentido de um reflexão que tendia a apresentar a urbanização como um viés, em proveito de um reconhecimento do papel mais produtivo que representaria a cidade na acumulação produtiva (POUR..., 1994).

Mais particularmente, por que essa acumulação produtiva pela qual clamam os economistas e desenvolvimentistas é tão pouco visível? Por que se está reduzido a procurar sinais no dinamismo de um setor informal que se tem, espontaneamente, a tendência de assimilar a simples sobrevivência e do qual se duvida como portador de progresso?

Em outros termos, não se poderia pensar que o *missing middle* (ou seja, a inexistência de um setor intermediário que faria a passagem do setor informal para o setor moderno) é sinal de uma ausência de acumulação no setor informal? Autores como J. Page e D. Steele deduziram essa inexistência da distribuição bimodal do emprego nas economias africanas (ou seja, uma forte concentração do emprego nas unidades de pequenas proporções e também naquelas de grandes proporções). No setor informal, os benefícios retirados de rendas mais substanciais do que normalmente se pensa seriam essencialmente destinados ao consumo e às despesas de solidariedade comunitária, de ostentação ou de investimento "social" ou "político", impedindo, assim, qualquer acumulação produtiva.

Verifica-se, entretanto, que o *missing middle* é uma ilusão estatística, resultando do fato de que, nos recenseamentos de estabelecimentos, se associa o estabelecimento à empresa. Quando se encontra um meio de reconstituir esta última a partir de seus estabelecimentos, o que se constata é a existência de um setor de pequenas e médias empresas, de proporções intermediárias, cujo crescimento se faz por gradualismo, ou seja, por

multiplicação das pequenas unidades: sua agregação traduz-se por formas de crescimento horizontal, vertical, por diversificação ou integração a montante e a jusante das atividades. Em resumo, trata-se de um crescimento que permite manter os modos tradicionais de gestão da mão-de-obra e do capital, mas que permanece pouco visível face a uma administração que, em princípio, está sempre pronta a formalizar os dinamismos aparentes.

Na Tunísia, onde pôde ser reconstituído no início dos anos 80, esse setor representava 16% do emprego total e 21% do número das empresas.

É difícil evidenciar-se, entretanto, em razão de um Estado civil embrionário (que torna delicada a identificação das razões sociais dos empresários individuais), mas a literatura é abundante sobre o dinamismo dos empresários na África (ELLIS, FAURE, 1995).

4 - Alguns exemplos do papel desempenhado pelo setor informal no contexto de crise e de ajuste pelo qual passou a África ao longo da última década: Benin, Guiné, Burkina-Faso

O Benin oferece um exemplo arquétipo do papel desempenhado pelo setor informal em um contexto de ajuste estrutural. Quando as primeiras medidas de ajuste foram aplicadas em 1990, as atividades informais empregavam "apenas" 69,5% da população ativa das duas grandes cidades do país, enquanto a taxa de desemprego se aproximava ou mesmo ultrapassava os 20% (Tabela 9). Desde então, o emprego informal não cessou de crescer — não se ousa dizer desenvolver-se —, já que chegou a representar, em 1995, 87% do emprego urbano para uma taxa de desemprego declarado de 12%.

Tabela 9

Característica do emprego urbano em Benin — 1990-1996

DISCRIMINAÇÃO	COTONOU E PARAKOU						QUATRO CIDADES	
	1990	1992	1993	1994	1995	1996	1995	1996
Taxa de desemprego declarado (%)	24,5	12,9	10,2	12,2	12,0	7,6	9,5	8,8
Taxa de desemprego real (%)	13,1	8,4	6,3	1,8	4,6	4,7	5,7	5,3
Taxa de emprego informal (%)	69,5	84,4	86,3	86,7	87,5	82,2	88,3	86,8
Renda média (1 000 FCFA)								
Autônomos		13	10	15	15		15	
Assalariados informais		25	30	35	35			
Assalariados formais ..		45	50	50	40		30	

FONTE: CHARMES, J. et al. (1995). *La capacité d'adaptation des ménages béninois sous ajustement aux effets de la dévaluation du Franc CFA*, une analyse du comportement des ménages urbains d'après les results de l'enquête légère auprès de ménages. Cotonou: INSAE-PNUD. ELAM. 30p.

A redução dos efetivos das empresas públicas reestruturadas, privatizadas ou fechadas, e as saídas voluntárias da função pública vieram restringir, de forma importante, o número dos assalariados urbanos e lançar, nas atividades informais, uma população já bastante inserida no comércio.

Foi nesse contexto de ajuste, quando um certo equilíbrio havia sido atingido (decréscimo da taxa de emprego declarado e real e do subemprego), que veio intervir um primeiro choque, com a chegada de 100.000 a 150.000 refugiados de Togo, no início do ano de 1993. A maior parte do fluxo dos refugiados foi acolhida por casais beninenses, e o setor informal permitiu, então, amortecer os efeitos dessa imigração, já que não se constata a agravação das taxas de desemprego, nem das taxas de subemprego. Verificou-se, entretanto, uma diminuição da renda média dos autônomos.

O segundo choque, que se constitui na desvalorização do franco da comunidade francesa africana, no início do ano de 1994, traduziu-se por uma queda brutal da taxa de desemprego real, demonstrando, assim, a capacidade de absorção do setor informal, enquanto as rendas médias dos autônomos e dos assalariados informais se mostravam em alta. E, apesar de os resultados de 1995 terem corrigido em parte essa tendência, tem-se também de verificar se a

capacidade de mobilização do trabalho no setor informal desempenha um papel essencial no amortecimento dos choques externos.

A partir de 1996, a taxa do desemprego declarado começa a declinar, assim como a taxa do emprego informal, como se esses dois fatores de equilíbrio tivessem, por seu crescimento, desempenhado o papel de amortecedores, até que o reaquecimento do emprego assalariado, que começou a se perfilar naquele ano, veio freá-lo.

Constata-se aqui ainda um grande distanciamento entre a renda média dos autônomos e a renda dos assalariados, distância que se explica, em parte, pelo fato de que se levaram em conta rendas de atividades secundárias dos assalariados, ou seja, de suas atividades informais por conta própria.

De forma geral, a contradição que há entre a observação da baixa remuneração do setor público (salvo exceções em vias de correção atualmente, como em Camarões por exemplo) e o fato de que as rendas dos assalariados do setor moderno (ou das unidades familiares de assalariados do setor moderno) sejam superiores às rendas dos pequenos empresários do setor informal tem sua fonte na existência de uma pluriatividade.

No Burkina-Faso, onde esforços particulares foram feitos para medir esse fenômeno (Tabela 5), dispõe-se hoje de dados que mostram o considerável crescimento da pluriatividade tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Tabela 10

Taxa de exercício de uma atividade secundária
em Burkina-Faso — 1985 e 1994-95

DISCRIMINAÇÃO	1985	1994-95
Meio urbano	7,6	18,3
Meio rural	26,5	31,6
TOTAL	25,1	30,2

FONTE: RGPH, 1995. Pesquisa Prioritária, 1994, 1995.

CHARMES, J. (1996). **Le secteur informel au Burkina-Faso**: evolution sur longue période et suivi conjonturel. Ministère de l'Economie, des Finances et du Plan/GTZ. 30p.

Ao longo do mesmo período, as taxas de pluriatividade masculinas, principalmente no meio urbano, aumentaram fortemente, passando de 26,4% para 34,5%.

O papel do setor informal aparece, assim, em plena luz, mas é evidente que nesse campo os resultados diretos das pesquisas são muitas vezes frustrantes e correm o risco de assim permanecer, apesar de todos os esforços feitos para apreender um fenômeno capital como este. Dificilmente os assalariados serão convencidos a declararem espontaneamente uma pluriatividade que é ilegal por definição (sem mesmo falar das rendas tiradas das práticas clientelistas de utilização dos serviços públicos), e seria errado pensar-se que se atribui a esse fenômeno uma importância que ele talvez não tenha. Assim como no caso da apreensão das rendas das atividades informais, abordagens indiretas impõem-se, como, por exemplo, o cálculo das taxas de exercício das atividades informais pelos cônjuges ou por outros membros da família, ou ainda a distância entre rendas e despesas dos casais, cujo chefe seja um assalariado do setor público.

A Tabela 11 mostra a importância das atividades não agrícolas praticadas pelos membros das famílias (particularmente pelos cônjuges) cujos chefes são assalariados na Guiné, em 1991.

Tabela 11

Distribuição das atividades não agrícolas exercidas no seio da unidade familiar, segundo o grupo sócio-econômico do chefe da unidade familiar e o laço de parentesco com o mesmo (relação número de atividades/número de unidades familiares) em Guiné — 1991

DISCRIMINAÇÃO	AGRICULTORES DE EXPORTAÇÃO	AGRICULTORES DE SUBSISTÊNCIA	SALÁRIOS PÚBLICOS	SALÁRIOS PRIVADOS	TOTAL (1)
Chefe	23,4	21,1	8,0	10,6	27,6
Cônjuge	15,7	11,0	41,5	51,3	19,8
Outros	7,4	5,1	13,2	17,8	9,2
Número total de atividades não agrícolas	60 120	155 464	40 533	17 250	493 196
Número de unidades familiares	129 301	418 015	64 639	21 675	870 246
Número de atividades não agrícolas por unidade familiar	0,5	0,4	0,6	0,8	0,6

FONTE: GUINÉE. Ministère du Plan et des Finances (1992) *Dimensions sociales de l'ajustement structurel, enquête sur les informations prioritaires*: ESIP; rapport final. Conakry. Quadro 72A, p.101.

(1) O total compreende os outros grupos sócio-econômicos não incluídos no quadro.

Vê-se que a pluriatividade atingia 8% dos assalariados públicos e 10,6% dos assalariados privados e 21% a 23% dos agricultores, pelo menos no que diz respeito aos chefes de família, mas o exercício das atividades não agrícolas por seus cônjuges sobe, respectivamente, a 41,5%, 51,3% e de 11% a 16% das categorias consideradas.

Assim, explicar-se-ia parcialmente por que as rendas médias das famílias cujos chefes são assalariados eram tão superiores àsquelas de chefes de outras categorias e especialmente as rendas das famílias cujo chefe é um autônomo do setor informal.



Pode-se, sem dúvida, considerar que o setor informal contribuiu grandemente para absorver o crescimento sustentado da população ativa e que conseguiu conter a explosão de um desemprego que permanece essencialmente um desemprego de insatisfação daqueles que deveriam pleitear o emprego.

Essa explosão do emprego informal não pode, evidentemente, existir sem uma queda da produtividade e das rendas. Mas parece que os limites ainda estão longe de serem atingidos, a despeito das aparências embaralhadas por avaliações subestimadas dos PNBs. Ademais, o setor informal articula-se a partir dos comportamentos dos diversos agentes econômicos e, assim, contribui para manter as distâncias e as clivagens existentes entre estes: assim se explica por que a condição de assalariado permanece ainda um objetivo perseguido, não como uma ambição, mas como uma vantagem que dê acesso a rendas estáveis, embora baixas, a rendas indiretas e a oportunidades de exercício de atividades informais.

Mas o setor informal não deve ser considerado somente como uma fonte complementar de renda que permita enfrentar a crise e o ajuste; é nele também que se forja, em situações difíceis, uma iniciativa privada suscetível de desembocar em um pequeno empresariado, dinâmica fonte de acumulação: a proliferação atual das atividades informais — que não parece tender a mudar — tem de ser encarada como um sinal evidente desse processo.

A existência de um setor intermediário é atestada pelo dinamismo de uma classe de pequenos empresários africanos, a despeito das dificuldades de sua identificação e mensuração, que fazem com que ele seja classificado de *missing*

middle. Traduz claramente uma forma original — transitória, mas certamente eficaz — de inserção no processo de mundialização: uma competitividade certa nos mercados internos e locais, suscetível de permitir uma consolidação ulterior de vantagens comparativas nos mercados regionais.

Bibliografia

- CHARMES, J. (1987). **Contribution du secteur informel à l'emploi et à la production au Niger**: essais d'estimation et perspectives. Niamey : Ministère du Plan/ Direction de la Statistique et de l'Informatique. 12p.
- CHARMES, J. (1988). **Emploi et secteur informel en Algérie**. Alger : PNUD-OPS-CENEAP. 51p.
- CHARMES, J. (1988). **Essai d'estimation de l'emploi dans le secteur informel au Mali**: analyse de la période 1976-85. Bamako : Ministère du Plan/ DNSI, PNUF-DTCD-PADEM. 59p.
- CHARMES, J. (1989). **Economie non enregistrée, secteur informel et comptabilité nationale au Sénégal**: 1977-88. Dakar : Direction de la Statistique/ PAGD. 74p.
- CHARMES, J. (1989). **Trente cinq ans de comptabilité nationale du secteur informel au Burkina Faso (1954-89)**: leçons d'une expérience et perspectives d'amélioration. Ouagadougou : Ministère du Plan et de la Coopération/ PNUD-DTCD. 108p.
- CHARMES, J. (1990). **Deux études sur l'emploi dans le monde arabe**. 37p. (Dossiers du CEPED, n.11).
- CHARMES, J. (1990). Pluri-activité des salariés et pluri-activité des agriculteurs: deux exemples de mesure et d'estimation; Italie et Burkina Faso. In: MONTAGNE-VILLETTE, S., ed. *Espaces et travail clandestins*. Paris : Masson. p.25-57.
- CHARMES, J. (1990). Une revue critique des concepts, définitions et recherches sur le secteur informel. In: NOUVELLES approches du secteur informel. Paris : OCDE. p.11-51.
- CHARMES, J. (1992). **Le contribution du secteur informel à l'emploi et au produit national en Mauritanie, 1977-92**. Nouakchott : Ministère du Plan. 92p. (Projet DSA).

- CHARMES, J. (1993). **Emploi, pluri-activité, secteur informel et chômage:** caractéristiques de la population active à Bamako d'après l'enquête nationale sur les activités économiques des ménages (secteur informel), au Mali en 1989. Bamako : Ministère du Plan/ DNSI-PNUD. 21p.
- CHARMES, J. (1993). **Le cadre institutionnel comme contrainte, incitation ou régulateur du développement:** programmes d'appui au secteur informel et perspectives de politiques appropriées dans un contexte d'ajustement et de changement en Mauritanie. Nouakchott : Ministère du Plan. 45p. (Projet DSA).
- CHARMES, J. (1994). **Le secteur informel dans l'économie tchadienne:** premières estimations et programme d'enquêtes. N'Djamena : Ministère du Plan/ DSEED. 47p.
- CHARMES, J. (1994). Le secteur informel, une chance ou un pis-aller pour le développement en Afrique? In: CONFERENCE, Geneve. **L'Afrique dans le monde d'aujourd'hui.** Genève : CRES. 13p. (Espace Afrique).
- CHARMES, J. (1994). Les jeunes et l'économie au Sahel: place rôle et attentes. **Pop Sahel**, Bamako : CERPOD, n.21, p.30-35.
- CHARMES, J. (1994). Visible et invisible: le secteur informel dans l'économie urbaine du monde arabe. In: COMMUNICATION AU COLLOQUE INTERNATIONAL. **La société urbaine dans le monde arabe:** transformation, enjeux, perspectives. Turin : Fondation Giovanni Agnelli. 16p.
- CHARMES, J. (1995). **La capacité d'adaptation des ménages béninois sous ajustement aux effets de la devaluation du Franc CFA:** une analyse du comportement des ménages urbains d'après les résultats de l'enquête légère auprès des ménages. Cotonou : INSAE-PNUD. 30p.
- CHARMES, J. (1996). **Le secteur informel au Burkina Faso:** évolution sur longue période et suivi conjoncturel. Ministère de l'Economie, des Finances et du Plan/ GTZ. 30p.
- CHARMES, J. et al. (1993). **Suivi des caractéristiques et comportements des ménages et des groupes vulnérables en situation d'ajustement structurel, 1990-93:** résultats de la troisième enquête légère réalisée à Cotonou et Parakou. Cotonou : ELAM 3/ INSAE-PNUD. 76p.
- CHARMES, J., DABOUSSI, R., LEBON, A. (1993). **Population et migrations dans le bassin méditerranéen.** Genève : BIT/ SIMED. 75p.

- CHARMES, J., DOURMASHKIN, N., STALFORD, S. (1993). Development of business and labour market statistics for Kenya. Luxembourg : CESD Communautaire. 36p.
- CHARMES, J., NAUDET, D. (1989). Secteur artisanal et comptabilité nationale au Zaïre: résultats de l'enquête légère sur le secteur informel urbain de la production et des services. Kinshasa : INS/ PNUD/ PRAIGEFI. 85p.
- CHARMES, J., WILLAERT, Y. (1994). Pauvreté et vulnérabilité en Guinée: état des connaissances, programmes d'action, instruments de suivi et d'évaluation. Conakry : Ministère du Plan et des Finances. 107p. (Projet d'appui au développement socio-économique- PADSE).
- CONDITIONS d'activité de la population de Yaoundé (1993). Paris : DIAL-DSCN. 16p.
- CONSOMMATION et conditions de vie des ménages à Yaoundé (1993). Paris : DIAL-DSCN. 24p.
- ELLIS, S., FAURÉ, Y-A, eds. (1995). Entreprises et entrepreneurs africains. Paris : Karthala - ORSTOM. 632p.
- EMPLOI et secteur informel au Mali en 1989: résultats de l'enquête nationale sur les activités économiques des ménages (secteur informel) (1994). Bamako : DNSI-PNUD. 65p.
- EMPLOYMENT, incomes and equality: a strategie for increasing production employment in Kenya (1972). Genève : ILO/ BIT.
- GUINÉE. Ministère du Plan et des Finances. PADSE (1992). Dimensions sociales de l'ajustement structurel, enquête sur les informations prioritaires/ ESIP: rapport final. Conakry. 231p.
- HART, K. (1973). Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *Journal of Modern Africa Studies*, v.2.
- LACHAUD, J.-P. (1995). Le secteur informel urbain et l'informalisation du travail en Afrique sub-saharienne: rhétorique et réalités; les cas de la Côte d'Ivoire. Centre d'Economie du Développement/ Université de Bordeaux. 33p.
- MAURITANIE. Ministère du Plan. (1993). Plan d'action de lutte contre la pauvreté en Mauritanie. Nouakchott. 82p. (Projet dimensions sociales de l'ajustement).

POUR préparer l'avenir de l'Afrique de l'ouest: une vision à l'horizon 2020: synthèse de l'étude des perspectives à long terme en Afrique de l'ouest (1994). Paris : OCDE/ BAD/ CILSS. 67p.

RAPPORT MONDIAL SUR LE DÉVELOPPEMENT HUMAIN (1994). Paris : Economica/ PNUD. 240p.

SECTEUR informel à Yaoundé, Le (1993). Paris : DIAL-DSCN. 28p.

SITUATION de l'emploi 1991-92 (1994). Alger : Office National des Statistiques. 55p. (Collections statistiques, n.58).

TRAVAIL dans le monde, Le (1993). Genève : BIT. 111p.

VANDEMOORTELE, Jan (1991). Labour market informalisation in sub-sahara Africa. In: STANDING, Guy, TOKMAN, Victor, eds. **Towards social adjustment, labour market issues in structural adjustment.** Genève : OIT. 348p.

Abstract

After reminding the origins, principles and elements of a new definition for the international informal sector, the paper shows the signs of inexorable growing of this sector in the African continent in the last two decades. Describing informalization as not necessarily synonymous with marginality, the author works out the level and evolution of the salaries and other wages, as well as the issue of accumulation in the referred informal sector.